



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 marcou a consolidação da Petrobras Biocombustível (PBIO) em uma posição mais integrada ao Plano de Negócios da nossa controladora, a Petrobras. Nosso esforço foi focado na manutenção da integridade e no aumento da confiabilidade dos nossos ativos, além do aprimoramento das nossas estratégias comerciais.

Após a retirada da PBIO da carteira de desinvestimentos da Petrobras, em novembro de 2024, aceleramos investimentos na manutenção das plantas, especialmente no primeiro semestre do ano, para que tivéssemos garantia de disponibilidade fabril no segundo semestre, quando a demanda de biodiesel, historicamente, é mais alta. Essa estratégia se mostrou altamente eficaz em relação ao Fator de Utilização das usinas (FUT), que saltou entre os dois semestres, de 58% para 75%, na Usina de Biodiesel de Montes Claros (UBMC), e de 20% para 46%, na Usina de Biodiesel de Candeias (UBC). Esse aumento da confiabilidade e disponibilidade das unidades permitiu ganhos expressivos de resultado no segmento de biodiesel, no segundo semestre, e é a base para a nossa expectativa de bons resultados em 2026, em conjunto com estratégias comerciais mais eficazes já testadas em 2025.

A Companhia fechou o ano com lucro bruto de R\$ 97,3 milhões, resultado operacional negativo de R\$ 29,6 milhões e lucro líquido de R\$ 7,3 milhões.

No segmento do biodiesel, o volume comercializado foi de 231.570 m³, o que representa um aumento de 25% nas vendas, em comparação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da mistura de biodiesel no diesel, que passou para 15%, em agosto de 2025.

Atingimos nosso recorde histórico de produção diária na usina de Montes Claros, em 1º de outubro de 2025, totalizando 522 m³ produzidos. Adicionalmente, realizamos nossas primeiras exportações de biodiesel, com duas cargas entregues no último semestre de 2025, totalizando 7.865 m³ de biodiesel exportados para a Europa. O início da exportação de biodiesel é um marco histórico para

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2025

2025 foi um ano de consolidação da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) no que diz respeito à segurança e à confiabilidade de suas operações e à diversificação de suas estratégias comerciais, que se refletiram em importantes marcos conquistados ao longo do ano: recorde de produção de biodiesel, entrada no mercado europeu com a primeira exportação direta e, não menos expressivo, a ampliação de nosso escopo de atuação, com alteração de nosso Estatuto Social, para a inclusão de outras atividades correlatas, como a distribuição de fertilizantes, o que só foi possível em decorrência da bem-sucedida atuação da PBIO, em parceria com a controladora Petrobras, para distribuição de enxofre produzido nas refinarias.

1.1. Biodiesel

Operamos, durante o ano, duas de nossas usinas de biodiesel: Candeias (BA) e Montes Claros (MG). A Usina de Biodiesel de Candeias (UBC) consolidou avanços significativos em 2025, atingindo marcas importantes de produção em unidades de refino de matéria-prima. Ações de aumento da confiabilidade industrial levaram ao melhor desempenho da usina desde a entrada do novo modelo de comercialização de biodiesel. A Usina de Montes Claros (UBMC) também registrou resultados expressivos, com recorde histórico de produção de biodiesel no ano.

Em 2025, aumentamos consideravelmente as vendas de biodiesel nas nossas usinas. O volume total comercializado foi de 231,6 mil m³, o que representa uma elevação de 25% quando comparado com o ano de 2024. Parte importante desse crescimento aconteceu devido à expansão da carteira de clientes, fruto da estratégia de captação de novos clientes no mercado interno.

De toda a matéria-prima adquirida para a produção de biodiesel, as gorduras e os óleos residuais representaram 36% das compras, em Montes Claros, e 24%, em Candeias.

Também cabe destaque para a área de Inteligência de Mercado, que aperfeiçoou os processos de monitoramento do mercado e gestão de riscos, priorizando formas estruturais de proteção contra a volatilidade de preços. Nesse contexto, contratamos consultoria financeira especializada para revisão das práticas de gestão de riscos financeiros e *hedge* via derivativos, trabalho em andamento, mas que já vem trazendo maior robustez ao controle e à análise das operações realizadas.

Mantivemos a certificação ISCC EU (*International Sustainability and Carbon Certification*) para as duas usinas. E foi justamente essa certificação que possibilitou nossas primeiras exportações diretas de biodiesel, a partir da Usina de Candeias. Produzido a partir de óleo técnico de milho (TCO), nosso produto apresentou redução de 84% nas emissões de gases de efeito estufa, em comparação ao diesel fóssil, atendendo aos critérios de sustentabilidade e rastreabilidade exigidos pela Europa, destino das exportações. Os embarques aconteceram em agosto e novembro de 2025, em volume total superior a 7.800 m³.

Nosso compromisso social foi mantido, com destaque para programas de inclusão produtiva de agricultores familiares do Semiárido, por meio do Selo Biocombustível Social, certificação que possuímos há 17 anos. Investimos na compra de matérias-primas desses agricultores e oferecemos assistência técnica gratuita do plantio à colheita. Atuamos principalmente no Nordeste, valorizando relações comerciais com cooperativas e clientes, fortalecidas pela experiência adquirida ao longo dos anos.

A PBIO intensificou sua atuação na aquisição de Óleos e Gorduras Residuais (OGR), firmando parcerias tanto com empresas fornecedoras, quanto com cooperativas de catadores. Essa estratégia contribuiu para aumentar a disponibilidade de matéria-prima sustentável, ao mesmo tempo em que promoveu a inclusão socioeconômica dos cooperados e incentivou a economia circular nas regiões onde atua.

O aumento da mistura obrigatória para B15, originalmente previsto para março de 2025, foi postergado para agosto, em resposta às preocupações com a inflação dos alimentos. Adicionalmente, persistem incertezas quanto ao cumprimento do cronograma estabelecido pela Lei do Combustível do Futuro. O Ministério de Minas e Energia sinalizou possíveis dificuldades no atendimento do prazo para implementação do B16, em março de 2026, devido à necessidade de comprovação técnica prévia, exigida pela legislação.

1.2. Enxofre

Em 2025, a operação de comercialização da PBIO escoou 183,3 mil toneladas de enxofre, o que representa um aumento nas vendas de 12%, em relação a 2024. A PBIO foi responsável pelas atividades comerciais e logísticas, além do monitoramento dos níveis nas unidades de produção.

A comercialização do Enxofre foi responsável por 20% do faturamento da PBIO, em 2025.

Essa atividade foi incluída no Estatuto Social da companhia no final de 2023. Em 2024, firmou-se acordo com a Petrobras para exclusividade na comercialização deste produto, produzido nas refinarias da Petrobras. A operação teve início em fevereiro de 2024, com vigência contratual de 3 anos, renováveis por igual período.

O enxofre está presente na composição do petróleo e é produzido por meio de processos industriais, que reduzem a sua concentração nos combustíveis, como o diesel e a gasolina, reduzindo o impacto ambiental destes. O produto é usado como matéria-prima para a indústria química, na produção de fertilizantes, papel e celulose, borracha, produtos de higiene e limpeza, além da indústria alimentícia.

1.3. Sustentabilidade

A Petrobras Biocombustível seguiu fiel aos seus compromissos com a Segurança, o Meio Ambiente e a Saúde (SMS), zelando pelos seus padrões e pela excelência de seus processos, com foco na operação das usinas e no aperfeiçoamento do atendimento aos requisitos legais.

Registramos seis acidentes computáveis na Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), passando para 5,39 acidentados por um milhão de homens-hora expostos ao risco no trabalho. Dentre os registros, ocorreu apenas um acidente de Classe 3, o qual ocasionou lesão incapacitante permanente total, com afastamento inferior a 200 dias.

No tocante à gestão de Saúde e ao monitoramento do absenteísmo, registramos que o indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP) ficou em 1,05, abaixo do limite de alerta (1,80).

O cuidado e a gestão com o Meio Ambiente são evidenciados pelo fato de não termos registrado ocorrências computáveis para os indicadores de vazamentos de derivados de petróleo, biodiesel, óleos vegetais ou gorduras. Em complemento, não foram identificados impactos negativos sobre os corpos d'água adjacentes, advindos de lançamento de nossos efluentes.

Em relação às emissões de gases de efeito estufa, em 2025, totalizamos 21.812,82 toneladas de GEE, em termos de CO₂ equivalente (CO₂e) — medida internacional que tem como finalidade estabelecer a equivalência entre todos os gases com efeito de estufa (GEE) e o dióxido de carbono (CO₂), convertendo-os em CO₂ para facilitar a análise de seus impactos —, representando um aumento absoluto de 24%, em relação ao ano anterior, em função da maior produção de biodiesel, em 2025, a qual foi 22% superior à de 2024.

Relativizando as emissões, a Petrobras Biocombustível emitiu 57 quilos de CO₂e, por tonelada de produto, sendo 4,5% mais eficiente, em 2025, em relação a 2024.

O Relatório de Sustentabilidade da companhia, publicado desde 2019, está disponível no site pbi.com.br. Em 2021, a empresa passou a utilizar o método proposto pelo GRI (*Global Reporting Initiative*), visando manter maior alinhamento com as melhores práticas de mercado.

Reforçando o papel da Petrobras Biocombustível na transição energética justa e contribuindo com os temas Ambiental, Social e Governança (ASG), buscamos diversificar nossa carteira de matérias-primas por meio do fomento e da estruturação de produtores locais, o que favorece a inclusão social e econômica de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

Em 2025, fortalecemos nossa relação com associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, com as quais mantemos contratos de fornecimento de óleos residuais, com foco no desenvolvimento desses fornecedores. As iniciativas visam ampliar o potencial de coleta e comercialização, primando pela segurança dos trabalhadores e pela qualificação dos processos operacionais.

Em relação aos resultados, as cooperativas comercializaram, junto à Petrobras Biocombustível (PBIO), um volume 137% maior do que o registrado em 2024, gerando, em 2025, uma receita superior a R\$ 100 mil para as oito cooperativas que possuem contratos firmados com a companhia.

Na Bahia, foram mobilizadas e sensibilizadas cinco novas cooperativas e associações de catadores e catadoras — Reação (Pintadas), Rede Sol (Feira de Santana), MAV (Feira de Santana), AABS (Ipirá) e Coobase (Santo Estevão) — com o objetivo de iniciar a coleta de Óleos e Gorduras Residuais (OGR), como estratégia de preparação para a futura formalização de contratos comerciais com a PBIO.

Articulamos e implementamos um projeto piloto voltado à reciclagem do azeite de dendê usado, por meio de logística de coleta realizada por uma das cooperativas fornecedoras de OGR da PBIO. Em 2025, o projeto contou com a adesão de 30 balanças de acaçará da cidade de Salvador (BA), com previsão de alcançar 100 em 2026.

Paralelamente, iniciamos tratativas com prefeituras localizadas na área de abrangência das usinas de biodiesel em operação, negociando o escopo de convênios com o objetivo de incentivar a mobilização e o engajamento social para o descarte adequado de óleo de fritura. Essas ações visam fomentar a produção de combustível renovável, a geração de benefícios ambientais e a inclusão socioeconômica de catadores e catadoras, a partir do apoio institucional e governamental à educação ambiental, à coleta de OGR e à destinação adequada por meio de cooperativas e associações atuantes nos municípios.

No âmbito das relações institucionais, nos aproximamos do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e da Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), com o objetivo de estabelecer parcerias que permitam ampliar nacionalmente a coleta de OGR, viabilizando a criação de redes de coleta e comercialização.

Essas iniciativas contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e para o fortalecimento da cadeia de valor da companhia.

PERFIL & REMUNERAÇÃO DAS NOSSAS EMPREGADAS

Nível hierárquico	2025					2024					2025		2024			
	Efetivo Mulheres	% Mulheres X Total	Homens	% Homens X Total	Total efetivo	Efetivo Mulheres	% Mulheres X Total	Homens	% Homens X Total	Total efetivo	Média Salarial Mulheres ¹	Média Salarial Homens ¹	% Média Salarial Mulheres X Média Salarial Homens	Média Salarial Mulheres ¹	Média Salarial Homens ¹	% Média Salarial Mulheres X Média Salarial Homens
											R\$	R\$		R\$	R\$	
Nível executivo ²	0	0,00%	3	100,00%	3	0	0,00%	3	100,00%	3	0,00	1.554.356,11	0,00%	0,00	994.951,32	0,00%
Nível gerencial ³	10	27,78%	26	72,22%	36	9	28,13%	23	71,87%	32	607.622,66	731.605,93	83,07%	549.990,09	611.436,15	89,93%
Nível não-gerencial ⁴	24	24,49%	74	75,51%	98	25	24,75%	76	75,25%	101	555.963,73	563.709,50	98,63%	506.322,83	513.210,85	98,66%
Total	34	24,82%	103	75,18%	137	34	24,64%	102	75,36%	136	571.157,53	634.944,91	89,98%	517.881,81	549.528,53	94,25%

¹ Média salarial = média em cada nível hierárquico.

² Nível executivo - compreende presidente e diretores(as)

³ Nível gerencial - compreende gerentes executivos(as), assessores/assistentes, gerentes gerais, gerentes, gerentes setoriais e coordenadores(as).

⁴ Nível não-gerencial - compreende supervisores, especialistas, demais empregados sem função

a PBIO e para o setor. As transações foram propiciadas pelo fato de as usinas da empresa serem certificadas pelo *International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)* e adotarem todas as práticas necessárias para que o seu biodiesel atenda aos rigorosos níveis de qualidade exigidos pelo mercado europeu. A exportação abre uma nova frente comercial que nos permite aproveitar oportunidades de valorização do biocombustível produzido pela Companhia.

Na comercialização de enxofre, a PBIO ampliou as vendas em 12%, em relação a 2024, em virtude do aumento da produção de enxofre nas refinarias da Petrobras. Atualmente, o enxofre produzido pelo parque de refino da Petrobras corresponde a 7% do que é consumido no país e representou 20% do faturamento da companhia no ano.

Em 2025, reafirmamos também nosso compromisso social ao proporcionar renda e inclusão produtiva para agricultores familiares do Semiárido, no âmbito do Selo Biocombustível Social — certificação concedida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da qual somos detentores há 16 anos. Além disso, continuamos a trabalhar com a inclusão produtiva de catadores de recicláveis por meio das suas associações e cooperativas, adquirindo o óleo de cozinha usado recolhido por eles. Ao longo do ano, mantivemos oito contratos com Associações e Cooperativas de catadores, beneficiando aproximadamente 400 famílias. Também apostamos em ações de fortalecimento dessas ações junto aos municípios nas regiões próximas às nossas usinas, contribuindo para capacitações técnicas e estudos para desenvolvimento de ferramentas de gestão ligadas à coleta de Óleos e Gorduras Residuais (OGR).

Por fim, incluímos em nosso objeto social a produção, logística e comercialização de fertilizantes e ureia para outros fins, bem como a comercialização e logística de hexano e xileno. Essa inclusão nos permitirá explorar novas oportunidades em sinergia com a nossa controladora. Esperamos que as sementes plantadas em 2025 sustentem a recuperação da PBIO iniciada em 2024 e a melhoria dos resultados nos próximos anos.

Alex Sandro Gasparetto
Presidente da Petrobras Biocombustível

No campo da responsabilidade social, foram assinados, em 2025, os contratos para a execução de dois projetos selecionados na chamada pública 2023.2 do Programa Petrobras Socioambiental de nossa controladora, voltados para a área de abrangência da Petrobras Biocombustível. São eles: o Recicla Óleo, da Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais, e o Viva Macaúba, da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Riacho D'Antas e Adjacências. Os projetos preveem melhorias na infraestrutura das cooperativas e ações de capacitação.

Em continuidade aos compromissos assumidos pela Petrobras Biocombustível com a agenda de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, e a partir das diretrizes estabelecidas no Plano de Direitos Humanos, aprovado pela Diretoria Executiva, o ano de 2025 foi marcado pelo fortalecimento e pela ampliação de ações estruturadas, educativas e de impacto social, promovendo uma cultura organizacional pautada no respeito, na equidade e na valorização da dignidade humana em toda a cadeia de valor.

No eixo de proteção de crianças e adolescentes, a companhia formalizou sua adesão ao Pacto de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, com assinatura presencial realizada em São Paulo, reforçando seu compromisso institucional com a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA). Como desdobramento, foi realizada reunião presencial na sede da *Childhood Brasil* para apresentação do Plano de Ação de Combate ao ESCA da PBIO, fortalecendo o alinhamento técnico e estratégico da iniciativa.

Ao longo do ano, ações de conscientização alusivas ao "18 de Maio" (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) foram promovidas em parceria com o SEST SENAT, alcançando as unidades do Rio de Janeiro, Montes Claros, Candeias e Quixadá, incluindo desdobramentos nas usinas e junto à força de trabalho operacional. Essas ações foram integradas a eventos, como as celebrações do Dia do Motorista, que combinaram informação, sensibilização e iniciativas de promoção à saúde. Como reconhecimento pelas ações desenvolvidas nesse eixo, a PBIO recebeu reconhecimento do Programa Na Mão Certa, em São Paulo, consolidando a relevância e a efetividade das iniciativas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

No campo da prevenção às violências no ambiente de trabalho, a PBIO desenvolveu e estruturou o Plano de Combate às Violências no Trabalho, que foi apresentado à Diretoria Executiva e, posteriormente, compartilhado em reunião institucional com o Sindipetro-BA, na unidade de Candeias. A iniciativa fortaleceu o diálogo social e o engajamento das representações laborais na prevenção de assédios, discriminações e demais formas de violência no contexto profissional, reafirmando o compromisso da Companhia com a promoção de ambientes de trabalho seguros, respeitosos e alinhados aos princípios de direitos humanos.

No âmbito do enfrentamento à violência de gênero, foram realizadas palestras e rodas de conversa em alusão ao "Agosto Lilás", nas unidades de Montes Claros, Quixadá e na sede, abordando temas como relacionamentos tóxicos e abusivos, com a participação de profissionais especializadas. Complementarmente, foram promovidas rodas de conversa sobre masculinidades, voltadas à força de trabalho masculina, tanto na sede quanto em ações conduzidas em parceria com a área de Responsabilidade Social da Petrobras, ampliando o debate sobre coresponsabilidade, prevenção da violência e a promoção de relações mais equitativas.

Na agenda de diversidade e inclusão, os resultados do Censo de Diversidade (2024) foram apresentados presencialmente à Diretoria Executiva e, posteriormente, de forma remota, às gerências e a toda a força de trabalho, assegurando transparência e engajamento institucional. A partir desses dados, foi realizada a apresentação do Plano de Ação em Diversidade às gerências das usinas de Montes Claros, Quixadá e Candeias, acompanhada de rodas de escuta por equipes nessas unidades, com o objetivo de qualificar o plano a partir das realidades locais e fortalecer a participação da força de trabalho na construção das soluções internas.

Foram conduzidos treinamentos em diversidade para a força de trabalho operacional das usinas de Montes Claros e Candeias, abordando conceitos básicos de diversidade, respeito e inclusão, ampliando o alcance das ações para públicos estratégicos da operação. A companhia também avançou de forma consistente na agenda LGBTQIA+. No Mês da Visibilidade Trans, foi realizada a palestra híbrida "Descolonizando o Olhar — A cultura do gênero da invenção do Brasil aos dias de hoje", aberta a toda a força de trabalho e, em celebração ao Mês do Orgulho LGBTQIA+, foram promovidas palestras nas unidades de Candeias e Quixadá, além de uma roda de conversa na sede com profissionais LGBTQIA+ que atuam em áreas de destaque, como direito, televisão e tecnologia.

No eixo de equidade de gênero, além das ações de conscientização, foi promovida uma palestra de empoderamento feminino, aberta a toda a força de trabalho, e foi realizado evento exclusivo para mulheres na Casa da Glória, com a participação de empregadas das usinas, incluindo palestra sobre saúde mental e uma roda terapêutica comunitária, fortalecendo redes de apoio, cuidado e acolhimento. A PBIO ampliou ainda sua atuação na valorização da diversidade racial e cultural por meio da Roda de Conversa "Herança Afro – Território, Cultura e Pertencimento", realizada no Rio de Janeiro com Carolina Rocha (Dandara Suburbana), fomentando reflexões sobre identidade, pertencimento e ancestralidade. No campo da inclusão de pessoas com deficiência, foram realizadas ações de comunicação em celebração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, reforçando a importância da acessibilidade, do respeito às diferenças e da promoção de ambientes de trabalho inclusivos.

Adicionalmente, a Companhia manteve participação ativa em espaços externos de diálogo, formação e governança, como a 42ª Assembleia Geral Ordinária do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemvem), instância colegiada composta por representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), das agências reguladoras e das empresas estatais vinculadas — realizada na Eletronuclear —, o curso "Cogemvem e Pacto Global – Reflexões Técnicas para Equipes Especializadas" e o Fórum de Diversidade e Inclusão Corporativas, promovido pelo SENAC e pela ABRH — Associação Brasileira de Recursos Humanos —, fortalecendo o alinhamento técnico, a troca de boas práticas e o posicionamento institucional da PBIO nessas agendas.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o amadurecimento da agenda de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão da companhia, com iniciativas contínuas, descentralizadas e integradas à estratégia corporativa, reafirmando seu compromisso com a construção de um ambiente de trabalho mais justo, seguro, diverso e alinhado aos princípios internacionais de direitos humanos.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

Após a aprovação da nova Cadeia de Valor da Companhia e o desdobramento dos macroprocessos, em 2025, os gestores avançaram na etapa de padronização dos processos, com atualização de padrões existentes e elaboração de novos procedimentos, além da internalização de diretrizes e políticas da Controladora. A manutenção do sistema de gestão de processos, com procedimentos uniformes para a execução de atividades, contribui para o aumento da produtividade e maior conformidade dos processos.

Com o objetivo de tornar a Petrobras Biocombustível uma empresa mais ágil, em 2025 foi iniciado o processo de Transformação Digital. A iniciativa resultou em um portfólio de iniciativas que já estão sendo desenvolvidas para gerar maior eficiência e aumentar a competitividade da empresa. Este processo envolve também uma mudança cultural, com preparação dos colaboradores para lidarem com novas tecnologias, promovendo uma cultura de inovação e adaptabilidade.

Também em 2025 foi iniciado o projeto RH Itinerante, em atendimento ao Valor "Cuidado com as Pessoas". O projeto tem o objetivo de aproximar o RH da força de trabalho, principalmente das áreas operacionais, prestar atendimento humanizado, oferecer escuta ativa e aprimorar os processos de RH, com foco em maior eficiência e transparência. Foram realizados workshops sobre o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH), implantação do Sistema de Aportamento de Frequência (SAF) e capacitação da liderança de entrada — supervisão. Também como parte do projeto, foram apresentados os resultados da Pesquisa de Clima Organizacional de 2024 e elaborado o plano de ação de melhorias, com participação dos empregados e gestores, que também puderam acompanhar o desenvolvimento das ações ao longo do ano.

O Processo de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) foi remodelado, tornando-se mais ágil, com maior autonomia aos empregados e gestores. Foram disponibilizadas diversas modalidades de capacitação, incluindo treinamentos corporativos, pós-graduação/MBA, idiomas e plataformas de educação a distância. Foi criado um Programa de Capacitação para a Liderança, visando identificar oportunidades de desenvolvimento em competências comportamentais relacionadas à liderança.

Ainda em 2025, houve a admissão de um empregado no mês de março, em atendimento à demanda judicial, cuja forma de ingresso foi via Processo Seletivo Público (PSP) da Companhia, realizado em 2010.

PERFIL

Encerramos o ano de 2025 com 137 empregados, um a mais do que em 2024, mantendo a mesma quantidade de mulheres (34).

Perfil dos nossos empregados

Petrobras Biocombustível

EMPREGADOS	2025		2024		
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
PBIO	Total	34	103	34	102

A tabela acima apresenta o quadro de empregados da Petrobras Biocombustível (PBIO), incluindo profissionais com e sem função gerencial, além do presidente e diretores(as).

Recursos Humanos e Política de Equidade

A Petrobras possui uma Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, aprovada por seu Conselho de Administração, que se aplica a todo o Sistema Petrobras, inclusive à Petrobras Biocombustível. Essa política orienta práticas e programas voltados à construção de ambientes cada vez mais inclusivos e proporcionalmente representativos em todos os níveis hierárquicos. A referida política está alinhada aos princípios do Pacto Global da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — especialmente o ODS 5 (igualdade de gênero) — e fundamenta ações afirmativas de gênero, com diretrizes claras de representação e remuneração equitativa.

Em atendimento integral ao disposto no art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/1976 e às alterações introduzidas pela Lei nº 15.177/2025, apresentamos neste Relatório indicadores detalhados sobre a política de equidade de gênero e o desempenho comparativo anual, reforçando compromissos de governança, transparência e responsabilidade social.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Como apresentado no quadro acima, a representatividade feminina na Petrobras Biocombustível manteve-se estável em 2025,

com mulheres correspondendo a 24,82% do efetivo total (34 mulheres em 137 empregados). Embora a presença feminina em posições executivas não tenha sido registrada em 2025, houve participação relevante nos níveis gerenciais, nos quais as mulheres representaram 27,78% do efetivo (10 mulheres em 36 empregados). No nível não gerencial, a participação de mulheres correspondeu a 24,49% (24 mulheres em 98 empregados). Esses resultados refletem o compromisso da PBIO com a promoção da equidade de gênero e o alinhamento às diretrizes de diversidade e inclusão do Sistema Petrobras.

Em relação ao demonstrativo de média remuneratória anual (considerando a remuneração fixa, variável e eventual), reforçamos que, de acordo com nossa Política de Recursos Humanos, Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e com nosso Código de Conduta Ética, o nosso Plano de Cargos e Salários (PCS) não faz distinção de gênero na remuneração entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo ou função gratificada.

As variações observadas entre médias anuais, no quadro acima, decorrem dos seguintes fatores:

- **Nível executivo:** Em 2025, não houve mulheres ocupando cargos executivos na PBIO, o que explica a ausência de média salarial feminina nesse nível.
- **Nível gerencial:** a remuneração fixa média é definida com base em uma metodologia estruturada de pontuação de cargos (*job grading*), que avalia **exclusivamente a função a ser exercida** — considerando critérios como complexidade, responsabilidade e escopo — **independentemente das características individuais de quem ocupa o cargo**, como gênero, idade ou qualquer outro atributo pessoal. A diferença observada na remuneração média anual entre mulheres e homens decorre, principalmente, do tempo de exercício em funções gratificadas. Em 2025, a média salarial das mulheres correspondeu a 83,07% da média dos homens, reflexo do menor tempo, em média, no exercício das funções gratificadas.
- **Nível não gerencial:** o desvio decorre dos regimes especiais de trabalho — que possuem adicionais específicos — e da predominância masculina em funções operacionais e regimes especiais de trabalho. Assim, as diferenças refletem características funcionais e históricas da composição do efetivo, não havendo disparidade remuneratória por gênero para cargos e regimes equivalentes.

RESULTADO

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2025, lucro bruto positivo de R\$ 97,3 milhões, superior em R\$ 11,9 milhões ao resultado de 2024.

O resultado operacional de 2025 foi negativo em R\$ 29,6 milhões, ante o resultado positivo de R\$ 33,5 milhões, em 2024, e o resultado líquido foi positivo em R\$ 7,3 milhões, abaixo dos R\$ 66,1 milhões obtidos em 2024.

Apesar da redução do lucro líquido no ano de 2025, a PBIO obteve um desempenho semelhante ao de 2024. Essa constatação parte da análise do resultado dos dois anos, sem considerar eventos relevantes não recorrentes que afetaram o resultado:

- ✓ Ajuste a valor de mercado do CBIO em estoque no valor de -R\$ 4,9 milhões, em 2024, e -R\$ 6,1 milhões, em 2025, que afetaram negativamente o resultado bruto;
- ✓ Reversão da provisão de perda dos créditos de PIS e COFINS, em 2024, que impactou positivamente o resultado operacional em R\$ 48,2 milhões;
- ✓ Provisão de perda com contingências jurídicas, em 2025, no valor de R\$ 9,2 milhões, que impactou negativamente o resultado operacional.
- ✓ Sem os eventos não recorrentes, o EBITDA ajustado de 2025 e 2024 passam a ser, respectivamente, R\$ 16,2 milhões e R\$ 16,8 milhões.

Por fim, há que se destacar o fato de a Companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

2 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

2.1 Membros da Diretoria Executiva

Alex Sandro Gasparetto – Presidente

Flávio Tomiello – Diretor de Biodiesel

André Bitar Santa Rosa – Diretor Administrativo e Financeiro

2.2 Membros do Conselho Fiscal

Titulares:

Cristiano Gadelha Vidal Campelo – Presidente

Mariana Schirmer de Paula Couto

Júlio César Gonçalves Corrêa

Suplentes:

Elisandra Collaziol

Paulo Cícero Silva Neto

Luciana Cortez Roriz Pontes

3 AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível S.A. agradece a todos os colaboradores e aos parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
da Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs. 1 e 13 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e segue o plano de negócios de sua controladora na condução de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	82.182	2	Fornecedores	12	140.034	105.252
Contas a receber, líquidas	7.1	119.708	79.027	Tributos sobre o lucro	14.1	75	1.946
Contas a receber - FIDC-NP				Impostos e contribuições	14.2	3.879	4.580
Estoques	7.4	223.657	300.562	Benefícios a empregados	15	25.965	23.013
Tributos sobre o lucro	14.1	4.490	17.627	Derivativos	22.1	1.106	539
Impostos e contribuições	14.2	177.189	173.309	Outros passivos		14.434	8.089
Derivativos e depósitos de margem	22.1	32.175	22.462	Passivo circulante		185.493	143.419
Despesas antecipadas	11	2.062	-	Benefícios a empregados	15	34.045	21.091
Outros ativos		284	819	Provisão para processos judiciais e administrativos	20.1	11.903	3.464
Ativo circulante		786.126	737.782	Provisão para processos judiciais de desinvestimentos	20.2	1.865	1.571
Tributos diferidos sobre o lucro	14.1	961	108	Outros passivos		5.271	1.021
Impostos e contribuições	14.2	35.809	18.031	Passivo não circulante		53.084	27.147
Depósitos judiciais	20.3	3.600	3.357	Passivo circulante e não circulante		238.577	170.566
Despesas antecipadas	11	4.920	-	Capital social realizado		771.160	771.160
Ativo realizável a longo prazo		45.290	21.496	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Investimentos		665	665	Outros resultados abrangentes		7.407	16.927
Imobilizado	9.1	240.631	247.020	Reservas de lucros		73.332	66.080
Intangível		4	10	Patrimônio líquido	16	834.139	836.407
Ativo não circulante		286.590	269.191				
Total do ativo		1.072.716	1.006.973	Total do passivo		1.072.716	1.006.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita de vendas	17	1.872.764	1.304.662
Custo dos produtos vendidos	18.1	(1.775.504)	(1.219.280)
Lucro bruto		97.260	85.382
Despesas			
Vendas	18.2	(40.530)	(23.126)
Gerais e administrativas	18.3	(72.661)	(66.416)
Tributárias	18.4	(5.486)	(6.338)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(8.167)	43.962
		(126.844)	(51.918)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(29.584)	33.464
Resultado financeiro líquido	21	42.352	39.678
Receitas financeiras		42.778	32.382
Despesas financeiras		(263)	(402)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(163)	7.698
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.768	73.142
Tributos sobre o lucro	14.1	(5.516)	(7.062)
Lucro líquido do exercício		7.252	66.080
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	16.3	0,09	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
		Jan-Set	Jan-Set
Lucro líquido do exercício		7.252	66.080
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão e saúde	15.2	(9.223)	10.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(297)	-
Outros resultados abrangentes		(9.520)	10.330
Resultado abrangente total		(2.268)	76.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Contribuição adicional de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	3.596.670	(17.760)	6.597	-	(2.825.510)	759.997
Redução de capital	(2.825.510)	-	-	-	2.825.510	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.080	66.080
Reserva legal	-	-	-	3.304	(3.304)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	62.776	(62.776)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	10.330	-	-	10.330
Saldos em 31 de dezembro de 2024	771.160	(17.760)	16.927	66.080	-	836.407
Saldos em 1º de janeiro de 2025	771.160	(17.760)	16.927	66.080	-	836.407
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.252	7.252
Reserva legal	-	-	-	362	(362)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	6.890	(6.890)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(9.520)	-	-	(9.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	771.160	(17.760)	7.407	73.332	-	834.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		7.252	66.080
Ajustes para:			
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	15.2.2	5.578	8.692
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	21	(38.217)	(31.678)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados		(43)	(8.000)
Depreciação e amortização	18.1, 18.3 e 19	30.531	26.606
Provisão (reversão) de perdas de crédito esperadas	18.2 e 19	(67)	1.001
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	19	-	(48.195)
Resultado com alienações e baixa de ativos		1.028	30
Emissões de créditos de descarbonização - CBIO	19	(10.349)	(14.264)
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais de desinvestimentos	19	295	(2.161)
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	19	8.439	(1.945)
Valor justo das operações com derivativos		1.043	(246)
Tributos sobre o lucro		5.516	7.062
Provisão de abono a empregados		4.387	128
Ajuste a valor realizável líquido		5.023	7.755
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber	(40.614)		(29.221)
Impostos e contribuições	(3.842)		42.483
Estoques	4.921		(68.128)
Operações com derivativos	(12.619)		5.178
Despesas antecipadas	(6.982)		-
Outros ativos	1.423		155
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores	34.782		26.341
Benefícios a empregados	(3.282)		1.481
Impostos e contribuições	(8.088)		(2.135)
Outros passivos	10.595		3.691
Tributos sobre o lucro pagos	(4.487)		-
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais		(7.778)	(9.290)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em recebíveis de ativos financeiros (i)		115.122	174.168
Aquisições de ativos imobilizados		(25.164)	(14.877)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos		89.958	159.291
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Redução de capital		-	(150.000)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		-	(150.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		82.180	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		82.182	2

(i) Valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 7.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO ou Companhia) é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica associada às suas operações de produção de biocombustíveis.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abranjam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis, além da comercialização e logística de enxofre e produtos afins, bem como a prestação de serviços correlatos. Adicionalmente, poderá atuar na produção, logística e comercialização de fertilizantes e ureia para outros fins, bem como a comercialização e logística de hexano e xileno, visando explorar novas oportunidades em sinergia com a controladora.

A PBIO segue o plano de negócios da sua controladora, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Principais impactos nas operações da Companhia

Em 19 de fevereiro de 2025, o Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) publicou a Resolução CNPE nº 6, que suspendeu temporariamente o mandato de mistura de biodiesel ao diesel fóssil de 15% (B15) e fixou o percentual em 14% (B14). Esta resolução revogou a Resolução Nº 8, de 19 de dezembro de 2023, que estabelecia o percentual obrigatório de mistura de biodiesel ao diesel em 15%, a partir de março de 2025.

A suspensão do B15 durou até o final do mês de julho, uma vez que, no dia 25 de junho, o CNPE decidiu, por meio da publicação da Resolução Nº 8, pela implementação do B15 a partir de 1º de agosto.

No segundo semestre de 2025, a PBIO deu início à exportação de biodiesel para a Europa.

Em relação à comercialização de enxofre, em 2025, as vendas representaram 20% do faturamento da PBIO e, em 2024, este percentual foi de 16%.

1.1. Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

No âmbito do programa RenovaBio, as usinas de biodiesel da PBIO geraram em 2025 o total de 200.092 créditos de descarbonização (168.627 em 2024). Desse total, 163.532 foram gerados na Usina de Montes Claros e 36.560 na Usina de Candeias. Os valores dos CBIO em carteira estão apresentados na nota explicativa 8 e os valores auferidos de receita com venda de CBIO estão demonstrados na nota explicativa 17.1.

Autos de infração – SEFAZ/MG

Em setembro de 2023, a PBIO recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (SEFAZ/MG), sob a alegação de suposto recebimento de mercadorias na Usina de Montes Claros por meio de documentos fiscais considerados ideologicamente falsos, resultando em acúmulo indevido de créditos de ICMS na visão da autoridade fiscal.

A PBIO apresentou defesa administrativa dentro do prazo legal pelo seu direito à manutenção integral dos créditos de ICMS relativos às compras de matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo, tendo por fundamento todos os elementos que comprovam a veracidade da operação e sua boa-fé na relação comercial (“adquirente de boa-fé”). Em 15 de outubro de 2024, a Companhia ajuizou ação anulatória perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG) para questionar a legalidade do auto de infração, sendo concedida, em 18 de outubro de 2024, antecipação provisória parcial de tutela.

Com a edição da Lei Estadual nº 25.378/25, em 23 de julho de 2025, a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG) reduziu de ofício a multa isolada de 200% para 50%, sendo feito o devido ajuste no valor de exposição. Em 8 de outubro de 2025, o Juízo intimou as partes a informar as provas complementares que pretendem produzir, tendo a PBIO requerido a realização de perícia técnica. A ação seguirá o rito ordinário processual no Poder Judiciário.

Em 22 de dezembro de 2025, foram lavrados mais dois (2) autos de infração pela SEFAZ/MG, em face da PBIO, nos valores de R\$ 115 milhões e 49 milhões, respectivamente. De acordo com a fiscalização, todas as empresas que constam como emissoras dos documentos fiscais destinados à PBIO teriam se revelado empresas de fachada, tendo restado comprovadas, ainda de acordo com a SEFAZ/MG, a conivência e a participação da PBIO nas supostas fraudes, que teriam como finalidade a geração indevida de créditos de ICMS, entre os anos de 2020 e 2025. A PBIO apresentou as defesas administrativas dentro do prazo legal.

Essas contingências passivas estão classificadas como perda possível, conforme demonstrado na nota explicativa 20.4.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Companhia realizou algumas alterações na apresentação das demonstrações financeiras do exercício atual e do anterior para aprimorar o entendimento da sua posição financeira e patrimonial, conforme a seguir:

- Mudança na nomenclatura da rubrica de imposto de renda e contribuição social, inclusive a do diferido, para tributos sobre o lucro e tributos diferidos sobre o lucro.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 16 de abril de 2026, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de produtos	2.144.795	1.484.842
Reversão (perdas) de crédito esperadas	67	(1.197)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	22.419	11.893
Outras receitas operacionais, líquidas	6.274	16.117
	2.173.555	1.511.655
Insunhos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(1.333.916)	(1.026.230)
Produtos para revenda	(263.219)	(86.071)
Créditos fiscais sobre insunhos adquiridos de terceiros	(308.593)	(216.247)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(197.859)	(116.739)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	-	48.195
	(2.103.587)	(1.397.092)
Valor adicionado bruto	69.968	114.563
Depreciação e amortização	(30.531)	(26.606)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	39.437	87.957
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, variações monetárias e cambiais	42.615	40.080
	42.615	40.080
Valor adicionado total a distribuir	82.052	128.037
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	53.507	33.807
Provisão para remuneração variável	8.773	11.321
Abono a empregados	4.387	142
	66.667	45.270
Benefícios		
Vantagens	5.197	4.185
Plano de aposentadoria e pensão	4.271	4.605
Plano de saúde	6.284	11.415
	15.752	20.205
FGTS	3.647	4.214
	86.066	69.689
Tributos		
Federais (a)	(15.660)	(9.875)
Estaduais	2.256	78
Municipais	946	901
	(12.458)	(8.896)
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	263	402
Despesas de aluguéis	929	760
	1.192	1.162
Acionistas		
Lucros retidos	7.252	66.080
	7.252	66.080
Valor adicionado total distribuído	82.052	128.037

(a) Inclui valores de tributos sobre o lucro diferidos conforme nota explicativa 14.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.2. Adoção de novas normas e revisões

Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor normativos emitidos no país, cujo principal foi:

- Orientação técnica OCP 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO). Essa orientação foi emitida no Brasil sem equivalência às normas emitidas pelo IASB.

A aplicação desse normativo não causou impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social.

Ajuste ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

4.1.1. Principais fontes de incerteza de estimativas

As projeções relacionadas aos biocombustíveis são consistentes com os primeiros cinco anos do Plano de Negócios e são consistentes com o Plano Estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções são elaboradas a partir da lógica de mercado e das séries temporais disponíveis. Sempre que possível, são elaborados testes de consistência com o histórico e entre as variáveis.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização (ou reversões de perda) em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

4.1.2. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de *impairment*

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. O nível de desagregação de ativos em UGC pode chegar até o limite dos ativos serem testados individualmente.

Alterações nas UGC em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGC, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

As definições das UGC adotadas são as seguintes:

- UGC Biodiesel: Conjunto de ativos que compõe as usinas de Montes Claros e Candeias. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados na comercialização dos produtos e a oferta de matéria-prima.

As operações da Usina de Quixadá-CE se encontram hibernadas; por conta disso, a planta deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel, estando com *impairment* integral.

1. Fontes de incerteza em benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da Companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa – 15.2.2 - Movimentação do valor presente da obrigação (VPO).

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Em conjunto com outras premissas atuariais, a taxa de desconto e taxa de variação de custos médicos e hospitalares são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

As incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido e análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares estão divulgadas nas notas explicativas 15.2.5 e 15.2.6, respectivamente.

4.2. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 20.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

4.2. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.3. Fontes de incertezas na recuperabilidade de créditos tributários

A Administração realiza, no mínimo, anualmente, teste de recuperabilidade sobre os créditos tributários oriundos das operações da Companhia. Esses testes têm como premissa os fluxos de caixa projetados futuros e legislação fiscal vigente no momento de sua realização, que visam demonstrar se a Companhia terá capacidade, por meio de suas atividades operacionais, de recuperação de tais créditos.

Uma provisão é constituída quando se observa que os valores registrados estão acima dos seus respectivos valores recuperáveis. Mais informações sobre os créditos a recuperar podem ser observadas na nota explicativa 14.2.1.

4.4. Valor justo dos derivativos de moeda e commodity

O valor justo de derivativos de moeda estrangeira é estimado de acordo com o valor da moeda no mercado *spot* no fechamento do mês acrescido de juros até a data de vencimento das posições em aberto. O valor justo de commodities é estimado pelo valor do contrato futuro da *commodity* operada na bolsa de referência (bolsa de Chicago – CBOT – óleo de soja) no fechamento do mês.

Outras informações e análises de sensibilidades dos derivativos são divulgadas na nota explicativa 22.2.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 <i>Financial Instruments</i>); método de custo (IAS 7 <i>Statement of Cash Flows</i>); ganho ou perda no desreconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 <i>Financial Instruments: Disclosures</i>); determinação de um 'agente de fato' (IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i>); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 <i>First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros <i>non-recourse</i> e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos <i>own-use</i> ; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.
<i>IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements</i> . Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.
<i>IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures Amendments to IFRS 19</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS <i>Accounting Standards</i>) em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS <i>Accounting Standards</i>).	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas.
<i>Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency – Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para especificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação: (a) seus resultados e balanço patrimonial, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e/ou (b) os resultados e o balanço patrimonial de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025, bem como as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) equivalentes, quando aplicável:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS Accounting Standards equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	IFRS 18 <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	1º de janeiro de 2027
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 - Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	IFRS 18 <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> (Appendix D)	1º de janeiro de 2027

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 5.1.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e Bancos	435	2
Aplicações financeiras de curto prazo – No País		
– Fundos de investimento DI e operações compromissadas	53.830	-
– No exterior		
– Contas remuneradas	27.917	-
Total das aplicações financeiras de curto prazo	81.747	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	82.182	2

Até maio de 2025, os recursos financeiros disponíveis da companhia eram majoritariamente aplicados em cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (nota explicativa 7.4). Contudo, com a edição do Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025, que afetou as novas aplicações em cotas do FIDC-NP, a Administração reavaliou a política de gestão de caixa.

A partir de junho de 2025, a companhia destinou os recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras que possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de sua aquisição. Essas aplicações ocorrem em fundos de investimentos, que direcionam para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas).

As aplicações no exterior são compostas por aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

Prática contábil

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros		
Recebíveis de contratos com clientes	124.401	81.411
Outras contas a receber		
Outros recebíveis	1.284	1.568
Subtotal – Terceiros	125.685	82.979
Partes Relacionadas (nota explicativa 13.1)		
Recebíveis de contratos com empresas consolidadas	27	2.223
Outras contas a receber com empresas do grupo	2.913	2.809
Subtotal – Partes relacionadas	2.940	5.032
Total das contas a receber	128.625	88.011
Perdas de crédito esperadas (PCE) – Terceiros	(8.917)	(8.984)
Total das contas a receber, líquidas	119.708	79.027
Circulante	119.708	79.027

8. Aging das Contas a receber – Terceiros

	Contas a receber	31.12.2025 PCE	Contas a receber	31.12.2024 PCE
A vencer	99.484	(12)	73.648	(47)
Vencidos:				
Até 3 meses	17.428	(152)	601	(209)
De 3 a 6 meses	117	(97)	300	(300)
De 6 a 12 meses	-	-	681	(681)
Acima de 12 meses	8.656	(8.656)	7.749	(7.747)
Total	125.685	(8.917)	82.979	(8.984)

8.1. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial	8.984	7.983
Adições	150	1.303
Reversões	(173)	(242)
Baixas	(44)	(60)
Total	8.917	8.984
Circulante	8.917	8.984

8.2. Contas a receber – FIDC

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados – FIDC-NP	223.657	300.562
Total	223.657	300.562

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses; entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

9. Estoques

	31.12.2025	31.12.2024
Matéria-prima (i)	754	488
Produtos intermediários (ii)	64.288	62.044
Produtos acabados (iii)	54.552	50.788
Materiais	16.763	14.697
Créditos de descarbonização – CBIO		
	22.712	25.625
(-) Ajuste a valor realizável líquido	(14.690)	(9.668)
Total	144.379	143.974

(i) Metanol;
(ii) Óleos e gorduras vegetais e de animais;
(iii) Biodiesel, enxofre, glicerina, ácido graxo, borra de refino (soja) e borra de sebo bovino.

Em 31 de dezembro de 2025, a PBIIO mantinha em estoques 302.215 CBIOs (269.571 em 31 de dezembro de 2024) e tinha 18.476 CBIOs em processo de emissão com valor aproximado de R\$ 719 (calculados com base no preço médio de venda da B3 no último dia útil do mês de dezembro) considerando o prazo concedido pela ANP de até 60 dias contados da emissão da NF-e de venda de biocombustível para a escrituração na Plataforma CBIO.

O aumento do ajuste a valor realizável líquido entre os exercícios refere-se, em maior parte, aos CBIOs e ao seu preço de mercado. Em relação aos produtos acabados, decorre de maior margem negativa e de maior quantidade de produtos estocados, ao final de 2025, com destaque para o biodiesel.

Prática contábil

O estoque de créditos de descarbonização – CBIOs é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e deduzido ao seu valor de realização, quando este for inferior ao valor contábil, tendo como base a cotação em bolsa na data do Balanço Patrimonial.

Os demais estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

Os materiais e suprimentos para manutenção representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda, levando em consideração a finalidade para a qual o estoque é mantido.

10. Imobilizado

10.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.642	222.257	14.121	247.020
Custo acumulado	19.530	800.251	14.121	833.902
Depreciação e <i>impairment</i> acumulados (i)	(8.888)	(577.994)	-	(586.882)
Adições	-	2.745	22.419	25.164
Baixas	-	(1.028)	-	(1.028)
Transferências	365	1.717	(2.082)	-
Depreciação	(867)	(29.658)	-	(30.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.140	196.033	34.458	240.631
Custo acumulado	19.895	803.661	34.458	858.014
Depreciação e <i>impairment</i> acumulados (i)	(9.755)	(607.628)	-	(617.383)

(i) No caso de terrenos refere-se apenas às perdas por *impairment*.

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.045	240.460	9.249	259.754
Custo acumulado	18.210	792.750	9.249	820.209
Adições	-	2.984	11.893	14.877
Baixas	-	(989)	(21)	(1.010)
Transferências	1.320	5.680	(7.000)	-
Depreciação	(723)	(25.878)	-	(26.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.642	222.257	14.121	247.020
Custo acumulado	19.530	800.251	14.121	833.902
Depreciação e <i>impairment</i> acumulados (i)	(8.888)	(577.994)	-	(586.882)

(i) No caso de terrenos refere-se apenas às perdas por *impairment*.

10.2. Tempo de vida útil estimada

O tempo de vida útil dos ativos depreciados pelo método linear são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	25 – (entre 16 e 50)
Equipamentos e outros bens	19 – (entre 5 e 50)

A abertura por tempo de vida útil estimada das edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens é a seguinte:

Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2025
5 anos	6.338	(3.727)	2.611
6 - 10 anos	9.779	(7.296)	2.483
16 - 20 anos	310.831	(288.307)	22.524
21 - 25 anos	293.133	(209.465)	83.668
26 - 30 anos	73.630	(50.014)	23.616
30 anos em diante	124.743	(58.046)	66.697
	818.453	(616.855)	201.598
Edificações e benfeitorias (*)	18.779	(9.227)	9.552
Equipamentos e outros bens (**)	799.674	(607.628)	192.046

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzidos da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver reversibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e os sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

11. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

11.1. Imobilizado

A PBI0 avalia a recuperabilidade dos ativos quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por impairment reconhecidas em exercícios anteriores.

Nos exercícios de 2025 e 2024 não houve indicativo de perdas por impairment.

Prática contábil

A avaliação da recuperabilidade dos ativos é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.1 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias das usinas de biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, regularmente o valor recuperável utilizado na realização do teste de recuperabilidade é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

12. Despesas Antecipadas

Em 2025, a Companhia contratou seguro garantia judicial, cuja apólice no valor de R\$ 489.802 tem vigência de cinco anos, no âmbito da ação anulatória movida contra a SEFAZ/MG (vide nota explicativa 20).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do prêmio desembolsado, líquido das apropriações ao resultado, totalizava R\$ 6.982, registrado no ativo circulante e no não circulante.

13. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros no país	67.693	70.504
Partes relacionadas (nota explicativa 13.1)	72.341	34.748
Total	140.034	105.252
Circulante	140.034	105.252

O aumento do saldo de fornecedores com partes relacionadas decorre do maior volume de enxofre adquirido para revenda, em virtude da maior demanda por este produto (vide nota explicativa 1.1).

14. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos eram os seguintes:

14.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Petronect	Copenor	31.12.2025 Total	31.12.2024 Total
Ativo								
Contas a receber	-	-	-	223.657	-	-	223.657	300.562
Contas a receber - FIDC	-	-	-	-	-	-	-	842
Reembolso pessoal cedido	1.032	-	-	-	-	-	1.032	1.968
Cessão de créditos fiscais	1.881	-	-	-	-	-	1.881	2.222
Clientes	27	-	-	-	-	-	27	256
Adiantamento a fornecedor	-	-	8	-	-	-	8	665
Investimentos (i)	-	-	665	-	-	-	665	223.657
Total	2.940	-	673	223.657	-	-	227.270	306.515
Circulante	2.940	-	8	223.657	-	-	226.605	305.850
Não circulante	-	-	665	-	-	-	665	665

(i) Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e a Associação Petrobras de Saúde (APS), foram realizadas transferências de recursos financeiros, até dezembro de 2021, para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Petronect	Copenor	31.12.2025 Total	31.12.2024 Total
Passivo								
Fornecedores								
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD	2.015	-	-	-	-	-	2.015	1.358
Aquisição de enxofre	67.026	-	-	-	-	-	67.026	25.960
Outras operações	2.687	-	482	-	26	105	3.300	7.429
Plano de pensão	-	1.902	-	-	-	-	1.902	2.733
Plano de saúde	-	-	32.647	-	-	-	32.647	18.738
Total	71.728	1.902	33.129	-	26	105	106.891	56.218
Circulante	71.728	288	698	-	26	105	72.845	35.127
Não circulante	-	1.614	32.431	-	-	-	34.045	21.091

	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Petronect	Copenor	2025 Jan-Set Total	2024 Jan-Set Total
Resultado								
Receita de vendas	6.515	-	-	-	-	-	6.515	4.971
CPV - Enxofre	(238.748)	-	-	-	-	-	(238.748)	(83.783)
Receita de cessão de créditos	1.875	-	-	-	-	-	1.875	1.968
Gastos com pessoal requisitado e CCCD	(26.576)	-	-	-	-	-	(26.576)	(19.652)
Recuperação custos pessoal cedido	13.390	-	-	-	-	-	13.390	9.941
Receitas financeiras, líquidas	-	-	38.217	-	-	-	38.217	31.678
Gastos com benefícios a empregados	-	(4.271)	(6.190)	-	-	-	(10.461)	(13.144)
Variações monetárias, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	(1.049)
Total	(243.544)	(4.271)	(6.190)	38.217	-	-	(215.788)	(69.070)

14.2. Remuneração dos membros chave da administração e empregados

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da PBI0, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais de empregados da PBI0, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2025 e 2024 foram as seguintes:

	2025	2024
Remuneração do empregado		
Menor remuneração	6.251	9.981
Remuneração média	28.754	27.790
Maior remuneração	62.435	63.139

As remunerações anuais da Diretoria Executiva da PBI0, incluindo a remuneração variável, relativas aos exercícios de 2025 e 2024 foram as seguintes:

	2025	2024
Remuneração do dirigente da PBI0 (inclui remuneração variável)		
Menor remuneração	1.005.244	863.941
Remuneração média	1.060.138	994.916
Maior remuneração	1.139.072	1.035.168

Na tabela abaixo são apresentados os benefícios oferecidos aos empregados, nos exercícios de 2025 e 2024:

	2025	2024
Benefícios aos empregados		
Assistências médica e odontológica	2.665	4.995
Auxílios alimentação e refeição	2.755	2.060
Auxílio creche	1.492	1.464
Auxílio transporte	467	271
Previdência complementar	3.952	4.087
Outros	484	390
Total	11.815	13.267

Adicionalmente, na tabela abaixo são apresentados alguns indicadores do corpo funcional da Companhia:

	2025	2024
Número de empregados(as) ao final do exercício	134	134
Número de admissões durante o exercício	1	4
Número de demissões durante o exercício	-	11
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	400	410
Número de estagiários(as)	14	17
Número de jovem aprendiz	5	7

As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PBI0 têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e são apresentadas a seguir:

	Diretoria Executiva	
	2025 Jan-Set	2024 Jan-Set
Salários e benefícios	3.581	3.413
Encargos sociais	927	854
Remuneração total	4.508	4.267
Número de membros	3,00	3,00
Número de membros remunerados	3,00	3,00

Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, dentro do limite autorizado pela SEST (Ofício SEI nº 305/2023/MGI) a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva) no valor de R\$ 6.700, a remuneração global do Conselho Fiscal no valor de R\$ 546 e a fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da PBI0, no exercício de 2025, foi de R\$ 109 (R\$ 131, considerando os encargos sociais). E em 2024, R\$ 89 (R\$ 106, considerando os encargos).

15. Tributos

15.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Balanco Patrimonial

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	4.490	75	17.627	1.946
Diferidos	961	-	108	-
Total	5.451	75	17.735	1.946
Circulante	4.490	75	17.627	1.946
Não circulante	961	-	108	-

Demonstração de Resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	12.768	73.142
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(4.341)	(24.868)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.280)	(1.609)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	(1.237)	19.234
Outros	1.342	182
Tributos sobre o lucro	(5.516)	(7.062)
Correntes	(6.667)	(7.170)
Diferidos	1.151	108
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	43%	10%

A PBI0 e sua controladora, Petrobras, celebraram, em 27 de junho de 2024, um contrato de cessão de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, no montante de R\$ 963.947, que foram utilizados pela Petrobras no âmbito da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024.

De acordo com o contrato, a cessão para a Petrobras foi realizada pelo valor inicial de R\$ 1,00 (um real), com previsão de que esse valor seja ajustado com base no desempenho futuro da PBI0 e desde que cumpridas determinadas condições. Conforme regras do contrato, o valor inicial do ajuste correspondia a R\$ 100.574 e foi alterado para R\$ 234.501, de forma a refletir os resultados projetados no Plano Estratégico 2025-2029 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

Caso a PBI0 apure lucros tributários no período de 2024 a 2029, fará jus ao recebimento, por parte da Petrobras, dos montantes que poderia ter deduzido caso o prejuízo fiscal e a base negativa não tivessem sido cedidos, até o limite do referido ajuste. No exercício de 2024 a PBI0 apurou lucro tributável e, com isso, foi reconhecido o direito de receber o montante de R\$ 1.968 em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as condições contratuais estabelecidas no contrato de cessão. E em 29 de agosto de 2025, a Petrobras efetuou o pagamento à PBI0, conforme estabelecido em contrato.

No exercício de 2025 foi apurado lucro tributável e, em conformidade com as condições contratuais estabelecidas no referido contrato de cessão, foi reconhecido o direito de receber da Petrobras o montante de R\$ 1.881.

15.1.1. Correntes

Tributos sobre o lucro – a recuperar

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	4.490	17.627
Total	4.490	17.627

Os tributos sobre o lucro no país são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL, além dos respectivos saldos negativos apurados.

O saldo reduziu em função, principalmente, de ressarcimento dos créditos de IRPJ em 2025, relativos aos exercícios de 2023 e 2024.

Tributos sobre o lucro – a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	75	1.946
Total	75	1.946

15.1.2. Diferidos

Movimentação

	2025 Jan-Dez	2024 Jan-Dez
Saldo inicial	108	-
Reconhecido no resultado	1.151	108
Reconhecido no patrimônio líquido	(298)	-
Saldo final	961	108
Tributos diferidos sobre o lucro - Ativos	27.842	24.300
Tributos diferidos sobre o lucro - Passivos	(26.881)	(24.192)

Composição

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2025	31.12.2024
Perda de crédito esperada	Baixa definitiva e reversão da provisão	3.032	3.055
Provisão para processos judiciais	Pagamento e reversão da provisão	4.000	1.712
Imobilizado - Impairment	Amortização, baixa de ativos e reversão impairment	7.703	6.903
Provisões de folha	Pagamento e reversão da provisão	712	506
Estoques	Venda, baixa e perda	5.920	4.212
Provisões para PRD/PPP e PLR	Pagamento e reversão da provisão	2.962	4.173
Provisão atuarial	Pagamento e reversão da provisão	3.364	3.629
Derivativos	Liquidação financeira	149	(206)
Outras provisões	Liquidação financeira	-	109
Imobilizado - Diferença taxa depreciação contábil x fiscal	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(26.336)	(23.418)
Receita financeira - Depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(337)	(221)
Variação cambial	Liquidação financeira	(208)	(346)
Total		961	108

Realização

Os créditos fiscais diferidos ativos tiveram reconhecimento inicial em 2024, com base na projeção de lucro nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do PE 2025-2029. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções do PE 2025-2029.

Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização desses ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Ativo	Passivo
2026	11.405	(5.774)
2027	1.662	(5.774)
2028	1.662	(5.774)
2029	1.662	(5.774)
2030	1.056	(3.694)
2031 em diante	10.335	(91)
Parcela registrada contabilmente	27.842	(26.881)

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Tributos sobre o lucro correntes

Os tributos sobre o lucro correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Tributos diferidos sobre o lucro

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensur



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



16. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Benefícios de curto prazo	25.461	22.633
Benefícios pós-emprego	34.549	21.471
Total	60.010	44.104
Circulante	25.965	23.013
Não circulante	34.045	21.091

16.1. Benefícios de Curto Prazo

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Programa de prêmio a empregados	7.659	11.131
Provisão de férias	9.195	8.234
Salários, encargos e outras provisões	4.220	3.126
Abono a empregados	4.387	142
Total	25.461	22.633

A Companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

	2025	2024
Custeio/Despesas na demonstração de resultado		
Salários, férias, 13º salário e outros	(57.843)	(53.527)
Abono a empregados	(4.387)	(142)
Programa de remuneração variável (i)	(8.773)	(11.321)
Honorários e encargos de Diretores	(4.508)	(4.267)
Total	(75.511)	(69.257)

(i) Inclui complemento/reversão de programas anteriores.

16.1.1. Programa de Remuneração Variável

A Companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados por meio do programa Prêmio por desempenho. Programa de prêmio por desempenho - PRD

No exercício de 2025, a Companhia:

- Pagou o valor de R\$ 12.142 referente ao programa de prêmio, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da Companhia e o desempenho individual dos empregados, referentes aos programas anteriores PPP e PRD; e
- Provisionou o valor de R\$ 7.659 (R\$ 11.131 em 2024) referente ao exercício de 2025, registrado em outras despesas operacionais, considerando o programa de prêmio vigente.

Prática contábil

As provisões dos programas de remuneração variável (PRD) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrente dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

16.2. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém um plano de saúde para seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes e plano de pensão pós-aposentadoria.

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Plano de Saúde - Saúde Petrobras	32.647	18.738
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)	1.902	2.733
Total	34.549	21.471
Circulante	504	380
Não circulante	34.045	21.091

16.2.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento e no acordo coletivo de trabalho (ACT), e está aberto a novos empregados.

Os empregados, aposentados e pensionistas realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de grande risco e contribuições variáveis referentes ao custo dos demais procedimentos médicos e odontológicos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas a partir de parâmetros, como o salário e faixas de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso ou aquisição e entrega em domicílio, com coparticipação dos beneficiários.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela Companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no regulamento e no ACT, sendo, atualmente, 70% (setenta por cento) pela Companhia e 30% (trinta por cento) pelos participantes. Essa relação de custeio foi retomada a partir de abril de 2024, por meio de aditivo ao acordo coletivo de trabalho com as entidades sindicais.

Revisão anual do plano de saúde

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro (a) do item 15.2.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

Plano de pensão – PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento à norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

A obrigação líquida com planos de pensão registrada pela Companhia é calculada conforme os requerimentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que adota uma metodologia de reconhecimento distinta daquela utilizada pelos fundos de pensão no Brasil, que são regulados pelo CNPC.

Os planos de pensão complementam a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

	Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	O Plano foi implementado em 2012, abrangendo os empregados, sem assunção do serviço passado.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios: atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias e feitas pelos participantes e pela Companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual do plano de pensão

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 15.2.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

16.2.2. Valores nas demonstrações financeiras da PBIO relacionados a planos de benefícios definidos

c) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da Companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

Em 31 de dezembro de 2025, o aumento do passivo atuarial com planos de benefícios pós-emprego refere-se, basicamente, à perda atuarial de R\$ 9.223, reconhecida no patrimônio líquido, com a remensuração do passivo decorrente das variações de premissas atuariais entre 2025 e 2024, principalmente pelo aumento da taxa de variação dos custos médicos hospitalares – VCMH e redução da taxa de desconto.

Informações sobre as variações das principais premissas aplicadas à revisão atuarial estão dispostas no quadro da nota 15.2.5 – Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações (VPO)	5.490	32.647	38.137	5.723	18.738	24.461
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(3.588)	-	(3.588)	(2.989)	-	(2.989)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	1.902	32.647	34.549	2.734	18.738	21.472
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	2.734	18.738	21.472	3.770	20.398	24.168
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	319	5.259	5.578	518	8.174	8.692
Custo do serviço corrente	-	2.846	2.846	178	6.119	6.297
Custo dos juros líquidos	319	2.413	2.732	340	2.055	2.395
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(875)	10.098	9.223	(1.339)	(8.991)	(10.330)
Efeitos da remensuração reconhecidos em ORA	(875)	10.098	9.223	(1.339)	(8.991)	(10.330)
Efeito caixa	(276)	(1.448)	(1.724)	(215)	(843)	(1.058)
Pagamento de contribuições	(276)	(1.448)	(1.724)	(215)	(843)	(1.058)
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	1.902	32.647	34.549	2.734	18.738	21.472

d) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	31.12.2025			31.12.2024		
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total
Movimentação						
Valor presente das obrigações no início do exercício	5.723	18.738	24.461	7.049	20.398	27.447
Reconhecido no resultado	724	5.259	5.983	839	8.174	9.013
Custo dos juros	724	2.413	3.137	661	2.055	2.716
Custo do serviço	-	2.846	2.846	178	6.119	6.297
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(957)	10.098	9.141	(2.173)	(8.991)	(11.164)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(1.184)	1.254	70	4.085	(2.516)	1.569
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(105)	110	5	575	(133)	442
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	332	8.734	9.066	(6.833)	(6.342)	(13.175)
Outros	-	(1.448)	(1.448)	8	(843)	(835)
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(285)	(1.448)	(1.733)	(272)	(843)	(1.115)
Contribuições de participantes	285	-	285	280	-	280
Valor presente das obrigações no final do exercício	5.490	32.647	38.137	5.723	18.738	24.461

e) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

	31.12.2025		31.12.2024			
	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras (i)	Total	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras (i)	Total
Movimentação						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(2.989)	-	(2.989)	(3.279)	-	(3.279)
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	(404)	-	(404)	(322)	-	(322)
Receita de juros	(404)	-	(404)	(322)	-	(322)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	82	-	82	834	-	834
Remensuração: Retorno sobre os ativos maior/ (menor) que a taxa de desconto	82	-	82	834	-	834
Efeito caixa	(276)	-	(276)	(215)	-	(215)
Contribuições pagas pela Companhia	(276)	-	(276)	(215)	-	(215)
Outros movimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	285	-	285	272	-	272
Contribuições de participantes	(285)	-	(285)	(280)	-	(280)
Valor justo dos ativos no final do exercício	(3.588)	-	(3.588)	(2.989)	-	(2.989)

(i) Para o plano de saúde não há ativo garantidor.

f) Componentes da despesa com planos de pensão e saúde reconhecidos no resultado

	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	Total
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(109)	(5.102)	(5.211)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(210)	(157)	(367)
Despesa reconhecida no resultado do exercício - 2025	(319)	(5.259)	(5.578)
Despesa reconhecida no resultado do exercício - 2024	(518)	(8.174)	(8.692)

16.2.3. Contribuições

No exercício de 2025, a Companhia contribuiu com o total de R\$ 1.724 (R\$ 1.058 no exercício de 2024) para os planos de benefício definido, o que reduziu o saldo das obrigações, conforme quadro da nota explicativa 15.2.2. Adicionalmente, contribuiu com R\$ 3.952 (R\$ 4.087 no exercício de 2024) para a parcela de contribuição definida do plano PP2 que foi reconhecida em custeio e resultado do exercício.

As contribuições esperadas da Companhia para o ano de 2026 são de R\$ 4.111, referente à parcela de contribuição definida.

16.2.4. Fluxos de caixa esperados

A estimativa abaixo reflete apenas os fluxos de caixa futuros esperados para cumprir a obrigação de benefício definido reconhecida no final do exercício social de 31 de dezembro de 2025.

Perfil do vencimento do valor presente das obrigações	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	2025	2024
Até 1 ano	331	217	548	515
De 1 a 5 anos	1.443	1.937	3.380	2.727
De 6 a 10 anos	1.069	3.396	4.465	3.158
De 11 a 15 anos	755	4.301	5.056	3.225
Acima de 15 anos	1.892	22.796	24.688	14.856
	5.490	32.647	38.137	24.461

16.2.5. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	Plano de Pensão - PP2	Plano de Saúde - AMS Saúde Petrobras	2025	2024
Taxa nominal de desconto nominal (Real + Inflação) ⁽¹⁾	11,46%	11,43%	12,95%	12,93%
Taxa real de desconto	7,18%	7,15%	7,48%	7,46%
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + Inflação) ⁽²⁾	7,05%	n/a	8,72%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	n/a	16,06% a 3,25%	n/a	13,69% a 3,25%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 Basic, Feminina e Desgravada em 10%	AT-2012 Basic, suavizada em 10%	AT-2012 Basic, Feminina e Desgravada em 10%	AT-2012 feminina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022, desgravada em 40%	Experiência Invalidez PP-2 2022, desgravada em 40%	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 Masculina, Desgravada em 10%	MI-85 Masculina, desgravada em 10%	MI-85, masculina, desgravada em 10%	MI-85, masculina, desgravada em 10%
Idade de entrada na aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade	Feminino: 56 anos	100% na 1ª elegibilidade	Feminino: 56 anos

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 3,99% para 2026 e atingindo 3,25% de 2031 em diante.

(2) Taxa de crescimento salarial baseado no plano de cargos e salários.

16.2.6. Análise de sensibilidade dos planos de benefícios definidos

O efeito de uma mudança de 1 p.p. na taxa de desconto assumida e na taxa de variação do custo médico está estabelecido conforme abaixo:

	Taxa de desconto		Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(1.065)	3.253	(5.830)	8.388
Custo do serviço e juros	(80)	287	1.304	1.916

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculos atuariais elaborados anualmente por atuários independentes, de acordo com o método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método de crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuaria



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

17.3. Resultado por ação

	2025	2024
	Jan-Set	Jan-Set
Lucro líquido atribuível aos acionistas	7.252	66.080
Quantidade de ações	77.116.046	350.403.024
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,09	0,19

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído ao acionista da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a PBIO não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

17.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece perdas e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2025, a Companhia reconheceu perda de R\$ 9.223 (ganho de R\$ 10.330 em 2024) com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, conforme mencionado na nota explicativa 15.2.2.

A composição dos outros resultados abrangentes é detalhada a seguir:

	2025	2024
(Perdas) Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	(9.223)	10.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(297)	-
Total	(9.520)	10.330

18. Receita de vendas

18.1. Receita de vendas de contratos com clientes

	2025	2024
Receita bruta de vendas	2.144.795	1.484.842
Encargos de vendas	(309.915)	(214.403)
Créditos presumidos	37.884	34.223
Receita de vendas	1.872.764	1.304.662
Biodiesel	1.339.721	1.015.309
Enxofre	380.016	203.956
Glicerina Bruta	65.662	22.138
Óleo mineral agrícola	14.977	3.785
Ácido Graxo	9.535	3.358
CBIOs	6.644	5.834
Outros	13.947	50.282
Mercado interno	1.828.502	1.304.662
Mercado externo	44.262	-
Receita de vendas	1.872.764	1.304.662

O aumento na receita se deve ao maior volume comercializado de biodiesel, com destaque para as exportações ocorridas no segundo semestre de 2025, e às operações de enxofre, conforme já mencionado na nota explicativa 1.1.

As receitas de vendas com exportações tiveram como destino o mercado europeu.

18.2. Obrigações de desempenho restantes

A Companhia possui contratos de vendas de produtos assinados até 31 de dezembro de 2025, com prazos inferiores a um ano, onde há estabelecida uma quantidade de bens para vendas no próximo exercício de acordo com seus respectivos termos de pagamento.

A seguir estão apresentados os valores remanescentes desses contratos ao final de 2025, tendo como base suas quantidades de bens para vendas futuras, bem como preços na data base 31 de dezembro de 2025 ou praticados em vendas recentes quando esses refletirem a informação mais diretamente observável:

	Expectativa de realização em até 1 ano	Expectativa de realização após 1 ano	Total dos contratos
Mercado interno			
Enxofre Líquido	19.393	-	19.393
Biodiesel	254.719	254.719	509.438
Total	274.112	254.719	528.831

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos distintos prometidos em cada um deles.

As receitas de vendas são reconhecidas quando o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz à obrigação de performance.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto, e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca das transferências dos produtos ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos com clientes, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercado.

Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em prestações de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

19. Custos e despesas por natureza

19.1. Custos dos produtos vendidos

	2025	2024
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais, serviços contratados e outros (i)	(1.698.890)	(1.143.503)
Depreciação e amortização	(26.530)	(26.345)
Gastos com pessoal	(36.823)	(37.362)
CBIOs	(13.261)	(12.070)
Total	(1.775.504)	(1.219.280)

(i) inclui variação de estoques.

19.2. Despesas de vendas

	2025	2024
Gastos com pessoal	(6.768)	(7.252)
Reversão (provisão) de perdas de créditos esperadas	39	(44)
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(33.801)	(15.830)
Total	(40.530)	(23.126)

19.3. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(31.892)	(27.294)
Gastos com pessoal	(39.970)	(38.671)
Depreciação e amortização	(695)	(261)
Programa de remuneração variável	(104)	(190)
Total	(72.661)	(66.416)

19.4. Despesas tributárias

	2025	2024
	Jan-Set	Jan-Set
PIS/ COFINS sobre receitas financeiras - FIDC	(1.514)	(1.473)
PIS/ COFINS sobre receitas financeiras - Outros	(632)	(471)
PIS / COFINS sobre outras receitas	(1.966)	(2.230)
Demais impostos e taxas	(1.374)	(2.164)
Total	(5.486)	(6.338)

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Resultado com derivativos de commodities	11.577	(5.435)
Multas aplicadas a fornecedores	4.368	2.357
Emissões de créditos de descarbonização - CBIOs	10.349	14.264
Incentivos fiscais	-	4.133
Gastos com ociosidade (i)	(9.385)	(13.383)
Reversão de (provisão) para perdas com processos judiciais e administrativos	(8.439)	1.945
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais (ii)	-	48.195
Programa de remuneração variável	(8.669)	(11.131)
Indenização por perdas - Desinvestimento BBB	(1.274)	(1.299)
Reversão de (provisão) para perdas com processos judiciais de desinvestimentos	(295)	2.161
Reversão de (provisão) para perdas de créditos esperadas	28	(1.197)
Gastos com pessoal	(2.447)	(4.481)
Receita com indenização - Desinvestimento BSBIOS (iii)	-	6.333
Abono a empregados	(4.387)	(142)
Depreciação e amortização	(3.306)	-
Outras	3.713	1.642
Total	(8.167)	43.962

(i) Menor ociosidade no período decorrente do aumento de produção de biodiesel, conforme nota explicativa 1.2;
(ii) Refere-se à reversão de provisão para perda de créditos de PIS/COFINS, em 2024, em função de perspectiva de aproveitamento via operações; e
(iii) Valores relativos às superveniências ativas recebidas da BSBIOS (atual Be8) previstos no contrato de compra e venda de ações.

21. Processos judiciais e contingências

21.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

Processos trabalhistas: Destaca-se reclamação trabalhista sobre pagamento de repouso remunerado em decorrência da repercussão de horas extras movida por sindicato de MG, em relação à qual, em setembro de 2025, foi inadmitido um Recurso de Revista interposto pela Companhia. A Companhia ingressou com novo recurso processual, ainda não avaliado pelo Tribunal Superior do Trabalho e, diante da decisão da negativa do Recurso de Revista e considerando a fase processual e jurisprudência aplicável, a Companhia efetuou o reconhecimento de R\$ 10.594 como perda provável;

Processos fiscais: Destaca-se a ação de ICMS - Diferença do DIFAL de máquinas e equipamentos movida pelo estado da Bahia; e

Processos cíveis: Destaca-se ação monitoria movida por pessoa física, que alega ser credora da PBIO por ter prestado serviço em cooperativa que tinha relacionamento com a Companhia.

Os valores provisionados são os seguintes:

	31.12.2025	31.12.2024
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	11.697	3.247
Processos fiscais	176	167
Processos cíveis	30	50
Total	11.903	3.464

A movimentação dos saldos de valores provisionados está apresentada a seguir:

	2025	2024
	Jan-Set	Jan-Set
Saldo inicial	3.464	5.409
Adição (baixa), líquida de reversão	8.187	(1.765)
Utilização	-	(385)
Atualização	252	205
Saldo final	11.903	3.464

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

21.2. Contencioso decorrente da venda de ativos

Em 2021, a Companhia concluiu a venda de suas participações societárias. Os contratos de compra e venda de ações (CCVA) de antigas participações da Companhia estabeleceram compromissos relacionados às eventuais perdas com processos judiciais que estavam em curso por ocasião das respectivas vendas de participações. A seguir, são apresentadas informações acerca do contencioso relativo às antigas participações:

21.2.1. BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios) – Atual Be8 S.A

Pela venda da participação na BSBios, a compradora mantém R\$ 85.042 (R\$ 75.913 em 31 de dezembro de 2024) depositados em conta vinculada (escrow). Os recursos mantidos nessa conta visam cobrir indenizações de eventuais contingências estabelecidas no CCVA, e são liberados para a PBIO conforme prazo e condições estabelecidas nesse contrato, desde que os valores das contingências não superem os montantes dos valores depositados na conta vinculada. Dada a incerteza do recebimento desses recursos, a Companhia somente os reconhece quando do seu efetivo recebimento e/ou à medida em que possam ser classificados como praticamente certos, com valor e prazo de recebimento, confiavelmente definidos.

Em 31 de dezembro de 2025, os processos judiciais classificados como perda provável e possível que estão vinculados ao CCVA de venda dessa participação somam R\$ 1.174 e R\$ 142.579, respectivamente (R\$ 1.297 e R\$ 149.055, em 31 de dezembro de 2024). Como o total dos valores das perdas prováveis está abaixo do saldo da conta vinculada, não foi realizada nenhuma provisão adicional.

21.2.2. Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB")

Conforme previsto em contrato de compra e venda de ações (CCVA) dessa participação, a PBIO, por ser responsável pela indenização de 50% das perdas sofridas pela desinvestida em determinados processos judiciais, constituiu provisão para perdas prováveis no montante de R\$ 1.865 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.571 em 31 de dezembro de 2024). Já as perdas possíveis somam, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 10.986 (R\$ 13.074 em 31 de dezembro de 2024).

21.3. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perda dos processos:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo não circulante		
Trabalhistas	3.576	3.335
Fiscais	24	22
Total	3.600	3.357

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	2025	2024
	Jan-Set	Jan-Set
Saldo inicial	3.357	2.675
Adição, líquida de reversão	256	437
Utilização	(255)	(10)
Atualização financeira	242	255
Saldo final	3.600	3.357

21.4. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Natureza		
Fiscais	558.222	438.973
Trabalhistas	2.935	10.229
Cíveis	358	551
Ambientais	47	47
Total	561.562	449.800

21.4.1. Composição dos processos judiciais e administrativos não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	2025	Estimativa 2024
--	------	-----------------

Autor: Estado de Minas Gerais - MG

1) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/MG, em setembro de 2023, em face da PBIO e demais responsáveis solidários por supostas operações de recebimento de mercadorias no estabelecimento com documentos impropriedades, resultando em aproveitamento indevido de crédito de ICMS.

Situação atual: Em 15/10/2024 a PBIO ajuizou ação anulatória perante o tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG) para questionar a legalidade do auto de infração. Em 18/10/2024, foi concedida antecipação provisória parcial de tutela para limitar a multa isolada ao valor correspondente ao principal (suposto débito de ICMS - R\$ 130 milhões, em valores históricos), bem como para facultar à PBIO a apresentação de apólice de seguro-garantia nos autos, de forma a viabilizar a obtenção de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do artigo 206 do CTN. Em 2025, com a edição da Lei Estadual n. 25.378/25, a multa isolada foi reduzida de 200% para 50%, sendo feito o devido ajuste no valor dos autos. A ação seguirá o rito ordinário processual no Poder Judiciário. Apresentada apólice seguro garantia no valor de R\$ 489.802.

2) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/MG, em dezembro de 2025, em face da PBIO por supostas operações de recebimento de mercadorias no estabelecimento com documentos considerados ideologicamente falsos, resultando em aproveitamento indevido de crédito de ICMS. A autoridade fiscal alega que a empresa teria agido em conluio com fornecedores visando criar uma suposta engenharia tributária com o intuito de gerar créditos de ICMS. A PBIO entende ter agido de boa-fé na relação comercial com o fornecedor, fazendo jus à manutenção dos créditos fiscais (Sum. 509, STJ). Situação atual: Recebida a intimação, a PBIO apresentou a defesa administrativa dentro do prazo legal.

3) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/MG, em dezembro de 2025, em face da PBIO por supostas operações de recebimento de mercadorias no estabelecimento com documentos considerados ideologicamente falsos, resultando em aproveitamento indevido de crédito de ICMS. A autoridade fiscal alega que a empresa teria agido em conluio com fornecedores visando criar uma suposta engenharia tributária com o intuito de gerar créditos de ICMS. A PBIO entende ter agido de boa-fé na relação comercial com o fornecedor, fazendo jus à manutenção dos créditos fiscais (Sum. 509, STJ). Situação atual: Recebida a intimação, a PBIO apresentou a defesa administrativa dentro do prazo legal.

Autor: União Federal

1) Auto de Infração por suposta majoração indevida de custos e que determinou o ajuste na base de cálculo da CSLL e do IR do ano calendário de 2009. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso da Companhia na 2ª Instância Administrativa (CARF).

2) Compensações não homologadas - Pedido de ressarcimento de crédito presumido de COFINS, referente ao 2º trimestre de 2018. Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada à Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ). Aguarda-se julgamento.

3) Reprocessamento - Deferimento parcial de ressarcimento de crédito presumido de COFINS, referente ao 3º trimestre de 2019. Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada à DRJ, pendente de julgamento.

4) Compensações não homologadas - Pedido de ressarcimento referente a crédito presumido de PIS do 3º trimestre de 2018. Situação atual: Aguarda-se julgamento da Manifestação de Inconformidade, protocolada em 05/05/2022, na Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ).

5) Compensações não homologadas - Recurso Hierárquico em face do despacho que deferiu parcialmente o ressarcimento de crédito presumido de PIS do 2º trimestre de 2018. Situação atual: Aguarda-se julgamento da Manifestação de Inconformidade, protocolada em 13/05/2022.

6) Processos diversos de natureza fiscal

Total de processos de natureza fiscal

	2025	Estimativa 2024
--	------	-----------------

Autor: Pessoas físicas

1) Trata-se de Ações de Terceirização cujos reclamantes foram contratados por empresas terceirizadas para prestarem serviços na PBIO e alegam que as empresas prestadoras de serviços descumpriram as obrigações trabalhistas. Assim, pleiteiam os autores a condenação das prestadoras de serviços e da PBIO, de forma subsidiária, ao pagamento das verbas devidas.

Situação atual: Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1 e 2 graus. A PBIO interpôs Recursos de Revista e Recurso Extraordinário, os quais aguardam julgamento.

Autor: Sindipetro MG

2) Processo envolvendo Repouso Salarial Remunerado (RSR). Decisão condenatória transitada em julgado, atualmente na fase de execução. Foram interpostos recursos na fase de execução impugnando os cálculos apresentados, que para corrigir a conta homologada, que incluiu indevidamente empregados afastados ou que perderam a condição de substituídos. Situação atual: Alteração da avaliação de risco para provável, em função da não admissão do Recurso de Revista interposto em fase de execução da reclamação trabalhista envolvendo RSR.

3) Processos diversos de natureza trabalhista

Total de processos de natureza trabalhista

	2025	Estimativa 2024
--	------	-----------------

Autor: Empresa prestadora de serviços

1) Ação de cobrança em que parte autora sustenta que a PBIO teria retido indevidamente um valor referente aos serviços de transportes prestados e não pagos entre dezembro de 2013 e maio de 2014.

Situação atual: O processo encontra-se "concluso para despacho" desde abril de 2024, após cancelamento da audiência.

2) Processos diversos de natureza cível

Total de processos de natureza cível





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

GOVERNO DO
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Descrição dos processos de natureza ambiental

	2025	Estimativa 2024
Autor: Superintendência Regional do Meio Ambiente - Núcleo do Norte de Minas Gerais (SUPRAM-NM)		
1) Auto de Infração lavrado, em 14/06/2022, pela SUPRAM-NM na Usina de Montes Claros por descumprir condicionante aprovada nas licenças ambientais, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalentes.		
Situação atual: Aguardando julgamento da defesa apresentada em 01/08/2022.	47	47
Total de processos de natureza ambiental	47	47

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.3.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

22. Resultado financeiro líquido

	2025 Jan-Set	2024 Jan-Set
Receitas Financeiras	42.778	32.382
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC	38.217	31.678
Receita com aplicações financeiras	4.092	-
Juros recebidos de clientes	112	458
Outros	357	246
Despesas Financeiras	(263)	(402)
Encargos financeiros sobre obrigações	(263)	(402)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(163)	7.698
Varição cambial de operações com derivativos	(2.431)	5.764
Atualização monetária de impostos a recuperar	1.343	2.789
Outros	925	(855)
Total	42.352	39.678

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

23.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	82.182	2
Contas a receber - FIDC	223.657	300.562
Contas a receber, líquidas	119.708	79.027
Derivativos e depósitos de margem	32.175	22.462
Circulante	457.722	402.053
Depósitos judiciais	3.600	3.357
Não circulante	3.600	3.357
Total do ativo	461.322	405.410
Passivo		
Fornecedores	140.034	105.252
Outros passivos	14.434	8.089
Derivativos	1.106	539
Circulante	155.574	113.880
Outros passivos	5.271	1.021
Não circulante	5.271	1.021
Total do passivo	160.845	114.901

23.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, com exceção das operações com derivativos. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

23.2. Instrumentos financeiros derivativos

A PBIO possui instrumento financeiro derivativo visando diminuir sua exposição ao risco cambial e variação de cotação de commodities agrícolas associadas às suas atividades. Os resultados estão condizentes com as políticas estratégicas definidas por sua Administração.

Os instrumentos financeiros derivativos de commodities são mensurados a valor justo por meio do resultado em linha de outras receitas operacionais líquidas.

A Companhia apresenta análise de sensibilidade no horizonte de aplicação de 3 meses em virtude da característica de curto prazo das operações com derivativos de commodities.

Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são demonstrados a seguir:

23.2.1. Demonstração de resultado

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no exercício	
	2025	2024
Risco de preço (derivativos de commodities)		
Óleo de soja	126	2.790
NDF	11.451	(8.225)
Total	11.577	(5.435)

O efeito no resultado dos derivativos reflete as operações em aberto e as operações encerradas ao longo do exercício.

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS (CAECO)

Informamos que o CAECO, em sua 200ª reunião, realizada em 15 de abril de 2026, no âmbito da apreciação da pauta "PBIO, PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL PBIO, DFINRI/CONTABILIDADE, DTEN/GITE, e PRESIDÊNCIA/JURÍDICO — Revisão das Demonstrações Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) — Exercício findo em 31 de dezembro de 2025", emitiu a seguinte manifestação:

MANIFESTAÇÃO: O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou ao órgão competente da PBIO a aprovação da proposta das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como da Destinação do Resultado do Exercício de 2025.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2026.

Daniele Machado

Coordenadora

Gerência de Suporte ao Conselho de Administração (SEGEPE/SCA)

23.2.2. Balanço patrimonial

Ativos e passivos

	31.12.2025	31.12.2024
Valor justo da posição Ativa (Passiva)		
Operações com derivativos em aberto	(437)	605
Total reconhecido no balanço patrimonial	(437)	605
Derivativos e depósitos de margem	669	1.144
Derivativos	(1.106)	(539)

O detalhamento das posições com derivativos em aberto mantidas pela Companhia, que representa sua exposição a riscos, está apresentado a seguir:

	Valor nominal (*)		Valor justo		Hierarquia	Vencimento
	31.12.2025	31.12.2024	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2024	do valor justo	
Derivativos não designados como Hedge						
NDF - MOEDA						
Venda/Dólar	(19.974)	(19.528)	(1.106)	605	Nível 2	2026
OPÇÃO - CBOT						
Venda/Óleo de soja	(4)	-	669	-	Nível 2	2026
Total de operações com derivativos em aberto			(437)	605		

(*) Valor nominal em mil toneladas (CBOT) e USD (NDF).

Operações com derivativos comerciais exigem garantias, registradas em derivativos e depósitos de margem:

	Garantias dadas como colaterais	
	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos de margem	31.506	21.318
Total	31.506	21.318

O valor justo da posição ativa líquida e do depósito de margem somam R\$ 31.069 (R\$ 21.923 em 31 de dezembro de 2024).

23.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da PBIO é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a PBIO possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.3.1. Risco de mercado

a) Gerenciamento de risco de preços de matéria-prima

De modo a minimizar a exposição da Companhia à volatilidade de preços de matéria-prima, optou-se pela realização sistemática de proteção das operações com utilização de instrumentos financeiros derivativos, alinhada à Política de Gestão de Risco das Operações de derivativos da Petrobras Biocombustível.

No quarto trimestre de 2025, a PBIO realizou operações de venda de SWAP e estrutura com opções em CBOT e proteção do notional pela venda de NDF. Cabe ressaltar que no novo modelo de comercialização de biodiesel (contratos negociados diretamente com as distribuidoras), resultados negativos/positivos nas operações de derivativos não significam necessariamente perda em resultado ou em caixa, pois os contratos de biodiesel também são parametrizados por CBOT e dólar, com atualizações semanais do preço do biodiesel. Desta forma, o preço do biodiesel e receita apurada se beneficiam das altas em CBOT e câmbio, opostamente a proteção de físico comprado eventualmente realizada.

Na análise de sensibilidade dos derivativos de commodities, o cenário provável utiliza referências externas à PBIO, de amplo uso no apreamento de cargas no mercado de soja, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 31 de dezembro de 2025, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. O razoavelmente possível reflete o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento igual a 20%. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

Operações	Risco	Cenário Provável	Cenário Razoavelmente Possível
Derivativos não designados como Hedge			
NDF Dólar	Câmbio	-	(9.889)
OPÇÃO CBOT	Óleo de Soja	-	(2.300)
		-	(12.189)

b) Gerenciamento de risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras, originadas das operações comerciais da Companhia, incluindo operações de exportação. Para mitigar esses riscos, a PBIO utiliza instrumentos financeiros, principalmente, operações de NDF (Non-Deliverable Forward).

c) Gerenciamento de risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a PBIO sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta.

23.3.2. Gerenciamento de risco de liquidez

A PBIO utiliza seus recursos, principalmente, com gastos de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à sua posição financeira, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção de R\$ 5.271 de outros passivos não circulante (R\$ 1.021 em 2024).

23.3.3. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A PBIO está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base nessas orientações e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

ALEX SANDRO GASPARETTO
Presidente

FLAVIO TOMIELLO
Diretor de Biodiesel

ANDRE BITAR SANTA ROSA
Diretor Administrativo e Financeiro

EDUARDO SEIXAS
Contador
CRC-RJ-087.203/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda, emitido sem ressalvas, com data de 16 de abril de 2026.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2025, que consistirá em destinar R\$ 362.621,24 (trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos), para a constituição de reserva legal, e R\$ 6.889.803,53 (seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e três reais e cinquenta e três centavos), para a constituição da reserva de incentivos fiscais, estando aptos à submissão para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro 17 de abril de 2026.

Cristiano Gadelha Vidal Campelo
Presidente

Mariana Schirmer de Paula Couto
Conselheira

Júlio César Gonçalves Corrêa
Conselheiro

